

A materialidade do livro de bolso e a expansão do público leitor entre os séculos XV e XIX

Willian Eduardo Righini de Souza

Doutorando | Universidade de São Paulo
wrighini@yahoo.com.br

Giulia Crippa

Doutora | Universidade de São Paulo
giuliac@ffclrp.usp.br

Resumo

Este artigo apresenta, por meio de uma revisão de literatura, algumas das principais iniciativas desde a invenção da imprensa que buscaram ampliar o consumo de livros e/ou diversificar o seu público leitor utilizando a sua edição, o que permitiu, entre outras coisas, o surgimento do livro de bolso. Como resultado, sustentamos que, apesar da popularização e massificação do livro ter ocorrido somente no século XIX, as intervenções editoriais desenvolvidas nesse período com a finalidade de alcançar classes antes não leitoras já eram aplicadas há alguns séculos.

Palavras-chave

História do livro, livro de bolso, materialidade.

1 Introdução

O livro de bolso como conhecemos atualmente, inserido em um segmento específico do mercado editorial, destinado a um determinado público leitor e possuidor de características mais ou menos fixas, como tamanho e preço reduzidos, é um produto do século XIX - observável na Coleção Charpentier na França, nas edições Tauchnitz na Alemanha e nos livros oferecidos nas estações de trem da Inglaterra - que se consolidou no

século XX com a disseminação do livro popular, a princípio, nos territórios europeu e norte-americano.

Definitivamente, a ideia de um acesso universal ao livro só foi possível com a Revolução Industrial, que permitiu a criação de meios de transporte, como ferrovias, que garantiram maior fluxo de bens culturais entre regiões distantes, o desenvolvimento de tecnologias para a produção de material impresso em grande escala, e também com as políticas educacionais que levaram à alfabetização significativa parcela da população ocidental do hemisfério norte, ampliando o número de consumidores de livros.

Desse modo, muitas das pesquisas sobre o livro de bolso, ou mais amplamente, o livro popular, iniciam suas abordagens enfocando essa conjuntura do século XIX, o que nos parece justificável a partir do exposto acima. Contudo, ao revisarmos a história da imprensa, verificamos que a diminuição do formato do livro, a tentativa de reduzir o seu custo de produção e, conseqüentemente, seu preço e a busca por um público leitor maior ocorrem desde períodos mais remotos, podendo ser vistos como indícios de transformações que aconteceriam posteriormente, quando as condições sociais e econômicas fossem mais propícias.

Desde o século XVI, encontramos propostas para a produção de livros mais acessíveis e com uma edição mais simples e modesta. Muitas dessas experiências, como um melhor aproveitamento da mancha tipográfica, seriam futuramente adotadas pelas coleções de livros de bolso. Em uma perspectiva histórica, verificamos que o livro de bolso se insere em um processo de popularização do livro, sendo, na concepção aqui adotada, um modelo de livro popular, econômico.

Como mostraremos ao longo do artigo, até o século XIX o número de leitores na Europa ainda era pequeno, porém, alguns editores, mesmo que não atingissem as classes mais baixas, buscaram superar as barreiras tradicionalmente impostas para o consumo de material impresso ao visar novos consumidores. Se ainda não existiam livros de bolso como uma categoria definida e independente, livros populares exerceram papel similar ao exercido hoje por essas coleções ao se constituírem como uma alternativa de acesso ao livro para aqueles que não possuíam condições de adquirir edições mais caras e luxuosas.

Ao ser reconhecido principalmente pelas suas características físicas, enfatizamos a materialidade do livro de bolso, ou seja, tudo aquilo que constitui sua forma e aparência, como tamanho, número de páginas, encadernação, espaçamento entre as linhas, mancha tipográfica, tamanho dos caracteres/fonte, cores e modelos de capas, para discutir a sua

história. Durante muito tempo, as características físicas do livro foram objeto de análise quase exclusivo da disciplina conhecida como Bibliografia, que, segundo Mckenzie (2001, p. 18), estuda “os textos como formas registradas, e os processos de sua transmissão, incluídas a produção e a recepção”. De origem anglo-saxônica, a Bibliografia sempre teve pouco impacto nas pesquisas históricas de origem francesa, nossa principal influência. Entretanto, com a revisão da disciplina proposta por Donald Mckenzie a partir do final da década de 1960, que insistiu no diálogo entre procedimentos técnicos e abordagem historiográfica, autores como Roger Chartier e Robert Darnton passaram a dar maior destaque para a importância de se considerar uma obra impressa a partir da tríade texto – suporte – apropriação. Roger Chartier, por exemplo, já defendeu que a Bibliografia exerça um papel central na reconstrução dos meios pelos quais “uma comunidade dá forma e sentido às suas experiências fundamentais, partindo da decifração dos inúmeros textos que ela recebe, produz e se apropria” (CHARTIER, 2001, p. 100). Henri-Jean Martin, autor do clássico *L'apparition du livre* e ex-professor da *École Nationale des Chartes*, foi outro pesquisador que contribuiu, devido a sua formação de arquivista paleógrafo e historiador, para pensar o livro além do seu conteúdo. Portanto, sem nos prendermos às especificidades da Bibliografia, que não é o tema deste trabalho, mas atentos aos seus princípios, abordamos os aspectos materiais dos livros populares e/ou de bolso para apontar os seus atributos identificadores. Com este referencial, o texto a seguir pontua e analisa alguns acontecimentos após o século XV que nos ajudam a compreender o surgimento e desenvolvimento do livro de bolso moderno e quais as características por ele recuperadas ou conservadas.

2 Iniciativas editoriais e a formação do público leitor

Com a invenção da imprensa no século XV, consolidaram-se várias transformações iniciadas, principalmente, no século XIII. Primeiro, observou-se a substituição, em grande escala, do pergaminho pelo papel, de produção mais simples e com um menor preço. Segundo, o surgimento de universidades contribuiu para a formação de um novo público leitor e uma maior necessidade de textos para as aulas e estudo. Por fim, a ascensão de uma classe burguesa capaz de consumir material escrito incentivou a publicação de obras literárias, como ficção e livros de edificação moral (FEBVRE; MARTIN, 1999).

Nesse contexto, proliferaram-se no século XV livros xilogravados de caráter religioso e em língua vulgar destinados à catequização e/ou formação moral da população. Produzidos

no formato in-quarto, beneficiando sua portabilidade, eles eram consumidos inclusive por aqueles que não dominavam a leitura, já que seu conteúdo era constituído por imagens e as suas legendas, quando presentes, serviam apenas como auxílio para a compreensão. Versando sobre temas como a vida dos santos e da virgem, paixão de Cristo, artes de morrer, etc., essas publicações se apresentaram como o primeiro modelo de “popularização” do livro (FEBVRE; MARTIN, 1999, p. 64-66).

As facilidades de impressão trazidas pela prensa tipográfica, o surgimento de um público leitor além do clero e nobreza e a disseminação de obras menos luxuosas e em pequeno formato deram início, a partir do século XVI, à dessacralização do livro; um percurso que só se consolidaria no século XIX. Ele deixou de ser consultado/lido apenas nas bibliotecas dos monastérios e universidades e passou a ser passível de transporte para qualquer lugar. Com livros mais baratos, integrantes da classe burguesa começaram a constituir suas próprias bibliotecas. Ao mesmo tempo, livros piedosos e de horas alcançavam um público significativo para os padrões da época, também consumidor de literatura popular (FEBVRE; MARTIN, 1999, p. 130-131).

Entre os séculos XIII e XVI, principalmente após a invenção da imprensa, o livro de horas se apresentava como um substituto para a Bíblia, cara demais para a maioria da população. A Bíblia Luterana, impressa na Alemanha em 1534, por exemplo, “custava o equivalente a um mês de salário de um trabalhador comum. Mesmo muitos pastores não a podiam comprar” (LYONS; LEAHY, 1999, p. 16). Dessa maneira, inclusive entre as famílias mais abastadas, o livro de horas auxiliava na alfabetização das crianças e, de modo geral, continha as instruções que norteavam as preces familiares. Item do cotidiano, ainda contava com calendário e informações práticas, como conselhos médicos de cunho popular, geralmente em ordem alfabética. Além do preço, seu tamanho reduzido facilitava o transporte, podendo ser levado para a capela, e analfabetos encontravam nas versões ilustradas as passagens bíblicas presentes nos afrescos das igrejas e narradas pelos padres (FISCHER, 2006, p. 155; 179).

No período dos incunábulo, ainda se destacaram os livros sobre a “arte de morrer”, um gênero de publicação religiosa. Em formatos pequenos e amplamente ilustrados, esses livros apresentavam as tentações a serem evitadas e as atitudes valorizadas no momento da morte, como a confissão, o recebimento da extrema-unção e, em alguns casos, a produção de testamentos em nome da Igreja. Já entre os séculos XVI e XVIII, também identificamos os livros de emblemas, que foram impressos contendo imagens com seus respectivos lemas e

explicações que decifravam significados que podiam ser desconhecidos pelos leitores (LYONS, 2011, p. 90-93).

Assim sendo, percebemos que a imprensa não apenas permitiu a criação de novas publicações como intensificou o acesso aos gêneros já existentes. A sua consolidação no século XVI foi resultado de um processo iniciado no século XIII, quando, simultaneamente, o papel começava a ser mais utilizado na Europa, as universidades se expandiam e um novo público leitor surgia nos centros urbanos.

Superados os períodos de exclusividade do manuscrito e das impressões da fase incunábula, o primeiro editor de livros de tamanho e preço reduzidos foi o italiano Aldo Manuzio. Considerado uma referência na edição até a contemporaneidade, entre os anos 1501 e 1515 publicou uma coleção de clássicos greco-latinos em formato in-octavo (10 x 15 cm) que alcançou grande sucesso, com mais de cinquenta títulos.

A decisão de desenvolver essa coleção deveu-se a um misto de necessidade econômica e percepção de mercado. No final do século XV, seu principal sócio e fornecedor de papel, Pierfrancesco Barbarigo, morreu deixando a tipografia em uma situação financeira complicada. Na mesma época, após uma queda geral da bolsa, vários bancos de Veneza fecharam, dificultando o financiamento das impressões. Sem alternativas, o editor suspendeu temporariamente suas atividades em busca de uma solução para lidar com esse novo problema. Concomitantemente, Manuzio observou a diversificação do público leitor, abrangendo a elite local e não somente estudantes, estudiosos, clero e parte da nobreza. Como necessitava baixar o custo de produção das suas publicações e o formato in-octavo era popular por ser utilizado em livros de horas, piedosos, artes de morrer, etc., ele decidiu então projetar uma nova coleção: edições de bolso de clássicos greco-latinos populares na época. Diminuindo o número de edições mais luxuosas e caras, Manuzio conseguiu publicar com mais segurança financeira e para um maior número de leitores. Ainda, como prezava pela qualidade de suas obras, desenvolveu uma nova tipografia de cursiva que permitia inserir mais caracteres nas folhas sem diminuir exageradamente o seu tamanho, o itálico, garantindo a economia de papel sem dificultar a leitura (SAUTÉ, 2004, p. 113; 151-152).

A coleção obteve um sucesso imediato entre leigos instruídos, mesmo com o preço dos pequenos livros podendo ser considerado alto em comparação com as atuais publicações econômicas. Alguns títulos alcançaram a tiragem inicial de 3.000 exemplares, um número elevado até para o período presente. O formato tornou-se popular principalmente entre profissionais que viajavam frequentemente, como comerciantes e altos funcionários, pois

era ideal para o transporte. Também passou a ser comum presentear uma pessoa com livros da coleção. Nobres e damas da corte trocavam entre si essas publicações tanto para demonstrar os seus interesses culturais como para o galanteio (SAUTÉ, 2004, p. 50; 158).

A experiência de Manuzio consolidou um novo formato de coleção para leigos que logo seria copiado em outras regiões da Europa. O caso mais conhecido ocorreu em Paris, quando Simon de Colines produziu uma coleção inspirada e análoga àquela de Veneza. Segundo Febvre e Martin (1999, p. 131), ainda encontramos propostas editoriais similares em Lyon e, posteriormente, em todos os grandes centros impressores da Europa. Assim, ao lado de romances de cavalaria no formato in-quarto, populares no século XVI, passamos a encontrar clássicos latinos, além de textos de Rabelais, Erasmo de Roterdã, entre outros autores renascentistas, editados em pequeno formato (in-8).

A diminuição do tamanho dos livros, recorrente em diferentes propostas editoriais ao longo do século XVII, deveu-se a vários fatores. Apesar dos grandes volumes atraírem os leitores mais ricos, eles eram extremamente caros e exigiam uma grande quantidade de papel. Com cópias sem autorização surgindo em versões e preços menores, os editores tradicionais foram obrigados a reduzir o formato para continuarem competitivos. Como os livros eram fiscalizados pelas autoridades públicas, uma edição menor também garantiria mais segurança e discrição para os leitores. No entanto, o principal motivo para diminuir o seu tamanho foi alcançar leitores com menor poder aquisitivo, que atribuíam ao preço um papel decisivo. Com mais facilidades para adquirir livros e estes sendo produzido com materiais mais baratos, cada vez mais o livro deixou de ser visto como um objeto especial, sagrado, para se misturar a outros bens do dia a dia, podendo ser dobrado, transportado com outros objetos, descartado ou simplesmente utilizado para enfeitar uma estante (FISCHER, 2006, p. 212-213).

No século XVII, outra iniciativa para a popularização do livro surgiu na Holanda com a editora Elzevier. Fundada em 1580 em Leiden por Lodewijk Elzevier, a sua coleção de maior sucesso foi lançada em 1629 em versão de bolso e privilegiando escritos clássicos. Segundo Lyons (2011, p. 80), os livros foram tão bem recebidos que todo clássico em tamanho reduzido publicado no período era conhecido como edições elzevier, mesmo quando não produzido pela editora. Para Febvre e Martin (1999, p. 132-133), a decisão de criar uma coleção “econômica” deveu-se às dificuldades de importar papel da França em razão das guerras, obrigando os editores a economizá-lo imprimindo em formato reduzido e diminuindo o tamanho dos caracteres, o que provocou, inicialmente, resistência por parte

dos leitores mais eruditos. Entretanto, com a expansão do público consumidor, principalmente na segunda metade do século, e uma maior vulgarização do livro, essas pequenas publicações se consolidaram no mercado editorial.

É importante ressaltar que, ao utilizarmos a noção de livro popular nos três primeiros séculos após a invenção da imprensa, nos referimos a um produto e um público muito mais restritos do que entendemos hoje por popular. Os livros, mesmo em edições que pretendiam reduzir seus custos, ainda eram caros e inacessíveis à maioria da população, analfabeta. A ampliação do número de leitores ocorreu, de modo geral, dentro das próprias elites. Enquanto os manuscritos ficavam restritos ao clero, aos mais altos representantes da nobreza e alguns estudiosos, o desenvolvimento da imprensa permitiu que o livro também fosse consumido por estudantes, nobres, damas da corte, comerciantes e, de modo geral, quase toda a elite. Para as demais classes, o contato com o impresso era reduzido a um limitado número de textos: livros de horas, artes de morrer, penitenciais, todos eles muito ilustrados, utilizados nos sermões e catequização dos iletrados.

Lembrarei, de fato, que as raras pesquisas etnológicas das quais dispomos mostram que a biblioteca material, a estante mesmo rudimentar e grosseira contendo livros nas moradias populares, é um fenômeno tardio na França, posterior ao voto das grandes leis escolares do começo dos anos 1880, e que os primeiros livros conservados foram os manuais escolares, antes que, a seu lado, aparecessem os romances de Dumas ou de Eugène Sue (MOLLIER, 2008, p. 103).

Entre as tentativas para baratear o preço de uma obra estavam as encadernações mais simples, sem decorações, que permitiam diminuir seus custos consideravelmente. Outra opção era comprar o livro em folhas soltas, disponível nas livrarias, que utilizavam esse mecanismo também para economizar no transporte das obras, muito mais leves sem encadernação. Nesse caso, cabia ao comprador escolher o modelo mais próximo do seu gosto e condição financeira (JOHANNOT, 1978, p. 54).

Ao final do século XVI, presenciamos o desenvolvimento da literatura de *colportage*¹. Como desde o século XV já se observava o interesse dos menos escolarizados pelos livros e impressos com xilogravuras que retratavam temas morais e religiosos, os livros de *colportage* permitiram que o material escrito, através de vendedores ambulantes, alcançasse regiões mais afastadas, algumas delas rurais. Nesse sentido, entre os séculos XV e XVIII, observamos uma grande produção de livros de horas, figuras da Bíblia, almanaques,

¹ Impressos de literatura popular ou da tradição culta editados para um público com baixa ou nenhuma escolaridade e vendidos por ambulantes a valores módicos.

calendários, abecedários, romances de cavalaria, etc., que podiam ser adquiridos pelos menos escolarizados. Assim sendo, para Febvre e Martin (1999, p. 149-150; 307), ao longo do Antigo Regime, o gosto das classes desfavorecidas sofreu poucas transformações, apesar da diversidade de livros existentes. Somando os livros de *colportage* aos utilizados nas escolas/universidades, os restantes interessariam somente a um conjunto reservado de leitores.

Entre os projetos editoriais de *colportage*, a iniciativa de maior sucesso foi a *Bibliothèque Bleue*, lançada pelo impressor troyense Nicolas Oudot em 1602 e que atingiu seu ápice no século XVIII. Reutilizando pranchas e caracteres já gastos e imprimindo em papel de baixa qualidade, foram reeditadas e adaptadas obras que tinham alcançado o sucesso entre as classes instruídas principalmente nas décadas antecedentes, mas que passaram a ser ignoradas e desvalorizadas, como romances de cavalaria, que constituíam parcela significativa da coleção (CHARTIER, 2004, p. 117).

Os títulos da *Bibliothèque Bleue* foram, em sua maioria, aqueles consumidos pelas elites em séculos anteriores: livros de devoção, romances medievais, previsões de horóscopo, almanaques, manuais, etc. Para um maior entendimento do público, muitas edições originais foram adaptadas para o nível de conhecimento dos semiletrados: capítulos foram divididos, parágrafos inseridos, passagens consideradas desnecessárias foram retiradas para diminuir o tamanho do texto e alguns trechos resumidos, simplificando o seu conteúdo (CHARTIER, 2004, p. 271-272).

O papel utilizado nas capas dos livros da *Bibliothèque* possuía uma tonalidade azul, o que explica o nome da coleção, apesar de também existirem edições verdes, rosas e violetas. A dimensão das obras variava entre 14 x 7 cm e 21 x 15 cm, e o número de páginas entre oito e duzentas, apesar das principais possuírem cerca de quarenta e oito (JOHANNOT, 1978, p. 63). Segundo Chartier (2004, p. 275-280), a singularidade da *Bibliothèque Bleue* era a sua aparência física, edição do texto e preço. “Geralmente é um livro em brochura, normalmente encapado de papel, e de um papel que é mais frequentemente (mas nem sempre) azul” (CHARTIER, 2004, p. 278). Seu preço variava, aproximadamente, entre cinco e seis centavos a dúzia, ou seja, menos de um centavo o exemplar, tornando-o acessível a quase toda população, ao contrário das edições econômicas das lojas tradicionais que, de acordo com o levantamento do autor, custavam entre dez e vinte centavos o exemplar.

Enquanto na cidade o material impresso estava disponível em livrarias, bibliotecas, diferentes estabelecimentos comerciais, exposto em cartazes, placas e anúncios, foi somente

no século XVIII, com os livros de *colportage*, que o impresso se aproximou das regiões rurais. Devido às dificuldades de transporte, a zona urbana e a rural apresentavam experiências distintas com o livro, o que perdurou até a segunda metade do século XIX (BARBIER, 2011, p. 186-187). No campo, o principal meio de acesso aos livros era as paróquias, que, no entanto, não eram bem equipadas, possuindo poucos títulos, eram administradas por párocos que também liam pouco e que, muitas vezes, não viam com bons olhos a leitura por camponeses, receosos das consequências do aprendizado e domínio da escrita para os interesses católicos.

Como os livros publicados pela *Bibliothèque Bleue* foram inicialmente destinados a outros leitores, intervenções editoriais eram vistas como imprescindíveis em alguns casos. O seu conteúdo não era, originalmente, popular, e possuía discussões que a Igreja considerava inapropriadas para serem disseminadas entre todas as classes sociais. A escolha de um título a ser reeditado se baseava na suposta amplitude de consumidores que ele alcançaria e, apesar de não comum, algumas obras conseguiram ser publicadas sem cortes pela coleção. Outro aspecto é que não foram republicados somente os livros que obtiveram êxito em períodos mais remotos, mas os impressores também procuravam por novidades, reimprimindo títulos assim que os seus primeiros editores perdiam os privilégios sobre eles (CHARTIER, 2004, p. 262-263).

Publicações similares também se difundiram em países como Inglaterra e Espanha durante os séculos XVII e XVIII. Na Inglaterra, os *chapbooks* (livros de ambulantes) eram vendidos às classes inferiores com preços insignificantes. Na Espanha, foram os *pliegos de cordel* que seguiram proposta parecida. Nesse sentido, podemos entender que a *Bibliothèque Bleue* não se apresentou como um fenômeno excepcional, mas se inseriu em um quadro de transformações que aproximaram ainda mais o livro das massas (CHARTIER, 2004, p. 261-262).

Le XVIII^e siècle marque le plus nettement l'irruption des petits formats dans la librairie occidentale, avec les formats in-8° et inférieur (in-12°, in-16°, voire, plus rarement, in-24°). Le phénomène se lit comme un indicateur fidèle de l'accroissement et de l'élargissement du public et de la mutation en cours de l'économie de l'imprimé. La politique des libraires les amène à nouveau à multiplier les éditions d'un même texte sous des formats différents et avec des <<mises en livre>> variées, mais cette fois en passant du grand au petit format – l'exemple le plus connu étant celui des multiples contrefaçons in-4° d'une *Encyclopédie* d'abord publiée en in-folio (BARBIER, 2011, p. 199).

O século XVIII também se destacou pela ascensão do romance. Abordando o cotidiano das pessoas comuns em contextos históricos e temporais determinados, ao contrário da ficção tradicional, que se baseava em modelos e enredos universais e atemporais, o romance participou da ampliação do público leitor por dialogar com a realidade dos trabalhadores menos instruídos. As obras, não mais sob a tutela de mecenas, mas dependente de livreiros, precisavam atender a demanda do mercado, levando os seus autores a considerar os interesses do grande público. Com o crescimento das bibliotecas circulantes na Inglaterra a partir da década de 1740, esses livros podiam ser alugados por um valor módico: um *penny* o volume, e inclusive mulheres encontraram nessas obras um meio para adentrar na cultura escrita. Assim, as classes inferiores visualizaram no romance uma obra em linguagem acessível para ser lida em seus momentos de lazer (WATT, 2010).

Com a Revolução Francesa, o acesso à educação formal e, conseqüentemente, ao livro, tornou-se uma política estatal. Bibliotecas, museus e demais espaços culturais passaram a ser abertos ao público. Todo cidadão adquiriu o direito ao voto e a alfabetização começou a ser vista como uma necessidade para a inclusão da população no debate político. Nesse momento, o livro escolar superou o livro religioso como o principal produto das editoras e o século XIX ficou marcado como um período de protagonismo das massas na consolidação dos Estados nacionais (BARBIER, 2011, p. 245).

Segundo Mollier (2008, p. 66), entre 1875 e 1890, ocorreu uma explosão da edição escolar no país. Cada vez mais, os pobres percebiam a necessidade de alfabetização e, com as Leis Ferry, de 1881 e 1882, a escola tornou-se gratuita, laica e obrigatória para crianças de três a seis anos, levando o Estado a produzir milhares de textos educacionais para abastecer as escolas públicas assim como editoras a investir nesse segmento.

Inovações tecnológicas também contribuíram para o desenvolvimento da imprensa nos séculos XVIII e XIX. Em 1791, o inglês William Nicholson patenteou uma forma de cilindro de impressão que facilitaria e aceleraria a produção tipográfica, explicando em parte o triunfo do jornal (FEBVRE; MARTIN, 1999, p. 15). Em 1799, o francês Louis-Nicolas Robert criou uma máquina de fabricar bobinas de papel. Em 1844, o encadernador Gottlieb Keller desenvolveu uma nova fórmula para a sua produção: à massa de farrapos de pano, até então a principal matéria prima para produzi-lo, ele acrescentou uma massa à base de madeira, diminuindo a dependência do pano, mais difícil de ser utilizado em grande escala. Por volta de 1860, a nova fórmula passou a ser amplamente aplicada para a fabricação de papel jornal (FEBVRE, MARTIN, 1999, p. 49). Em 1811, o alemão Friedrich König

desenvolveu em Londres a prensa mecânica movida a vapor e com movimento rotativo para impressão, conseguindo imprimir mil e cem folhas por hora, entre outros empreendimentos estimulados pela Revolução Industrial que permitiriam produzir livros e outros impressos mais rapidamente e a um menor preço para um público cada vez maior.

A produção de livros em escala industrial contribuiu ainda mais para sua vulgarização. Algumas edições substituíram a capa dura por uma simples encadernação brochura. Publicações com papel de pior qualidade foram destinadas às camadas populares. Novos locais de venda surgiram, como as estações de trem e, definitivamente, estimuladas pela Revolução Industrial, as casas editoriais se dirigiram às massas, considerando-as não somente como consumidoras de literatura de *colportage*.

Segundo Olivero (1999, p. 9), o século XIX foi o período de surgimento e consolidação das coleções voltadas para o grande público. Enquanto entre o período de 1660 e 1830 encontram-se registros de apenas oito coleções na França, entre 1830 e 1914, ou seja, em menos de um século, o número se eleva para setenta e um. Foram essas coleções, chamadas de “bibliotecas” por Olivero, que definiram o modelo de livro de bolso hoje existente.

A coleção desenvolvida por Gervais Charpentier é o exemplo mais conhecido dessa proposta editorial. Para conseguir concorrer com as edições estrangeiras, principalmente belgas, que estavam dominando o mercado francês devido aos seus preços mais baixos, o editor lançou, em 1838, uma coleção in-18 que levaria o seu nome, a Coleção Charpentier. Com a dimensão de 18,5 x 11,5 cm, vendidos a 3,50 francos (algo em torno de 15 a 16 euros atualmente), ele passou a oferecer aos seus clientes livros três a quatro vezes mais baratos que as edições tradicionais (MOLLIER, 2009, p. 527).

A *Bibliothèque Charpentier* apresentou uma proposta editorial que diferia do modelo dominante desde o século XVI. Até o século XIX, o formato in-octavo, consolidado por Aldo Manuzio em substituição ao in-quarto, era aceito como o mais portátil, econômico e propício para o desenvolvimento de uma biblioteca particular. Charpentier mudou essa concepção ao propor o formato in-18 Jésus vélin, que exigia uma edição diferente àquela já popularizada: linhas menos espaçadas, caracteres mais finos, uma maior mancha tipográfica, entre outros procedimentos que visavam um melhor aproveitamento do espaço para impressão (OLIVERO, 1999, p. 55-56).

A mudança foi tão significativa que reivindicou uma nova estética para o livro. Enquanto a diminuição do tamanho dos caracteres e um menor espaçamento entre as linhas podiam tornar a obra menos atraente ao leitor, pois dificultariam a sua leitura, Charpentier

inovou ao produzir capas ilustradas para a sua biblioteca, condizentes com o gosto da época e que ajudavam a destacar seus livros entre as demais coleções. Desse modo, com o preço de 3,50 francos, metade do valor das edições tradicionais que variavam entre 7 e 7,50 francos, e uma edição própria, Charpentier pretendia conquistar os frequentadores dos gabinetes de leitura que pagavam mais para apenas ler/alugar uma obra (OLIVERO, 1999, p. 55-56).

A iniciativa de Charpentier fomentou todo um mercado de livros baratos na França no século XIX, apesar de sua coleção não ser focada nem na literatura popular nem nos mais humildes. Conforme seu artigo publicado no *Journal des Débates* em 1841, seu objetivo era disponibilizar uma coleção de clássicos universais que fossem de interesse do “homem de gosto”. De qualquer modo, estava lançado o modelo que seria amplamente copiado por aqueles que desejassem levar o livro a toda a população, como Michel Lévy (MOLLIER, 2009, p. 529).

Um maior interesse pela literatura na França do século XIX deveu-se em parte ao sucesso do romance-folhetim. Em 1836, Émile de Girardin iniciou sua publicação no jornal *La Presse* com o intuito de popularizar o periódico entre a burguesia. Apesar de nessa data já encontrarmos alguns contos e novelas curtas no rodapé da primeira página dos jornais, seção geralmente destinada a “variedades” para entreter o leitor, foi com a proposta de Girardin que romances começaram a ser publicados em pedaços e apresentando a chamada “continua no próximo número” (MEYER, 2005, p. 30-31).

Após 1840 também observamos o crescimento da venda de livros acessíveis nas estações de trem da Inglaterra e da França. A primeira banca de livros de ferrovia foi a de W. H. Smith & Son em 1848, instalada na estação de Euston, em Londres (MANGUEL, 2002, p. 167). Com propostas similares, *Railway Libraries* também foram criadas por editores como Routledge, Bentley e Mac Intyre. De 1848 a 1898, George Routledge publicou 1.300 desses títulos vendidos a um *shilling* para os transeuntes das estações inglesas (OLIVEIRA, 2005, p.11).

Na França, em 1852, Louis Hachette criou a *Bibliothèque des Chemins de Fer*, que assim como na Inglaterra seria vendida em formato pequeno e a baixo preço. Como já existiam vendedores ambulantes nas estações de trem, a iniciativa de Hachette foi contestada por aqueles que se sentiram prejudicados por essas novas instalações. Napoléon Chaix, que desde 1846 vendia livretos com os horários dos trens, escreveu ao ministro da polícia geral condenado a autorização para Hachette vender livros em milhares de localidades distribuídas por toda a França, permitindo-o concorrer com livrarias locais e o comércio de

colportage (JOHANNOT, 1978, p. 71-72). No entanto, o desenho da quarta capa das edições Hachette, uma locomotiva inglesa emitindo vapor, já simbolizava o nascimento de um novo tempo (MOLLIER, 2009, p. 529). Produzido em formato in-18 (11 x 18 cm), impresso em papel de boa qualidade e excelente legibilidade, os livros da coleção possuíam, em média, 320 páginas, eram vendidos a preços que variavam entre 0,5 centavos e 3 francos e podiam ser facilmente identificados pelas cores de suas capas: vermelho para os guias de viajantes, verde para as obras de história e viagens, couro para a literatura francesa, amarelo para a literatura antiga e estrangeira, azul para a agricultura e indústria, rosa para os infantis e salmão para as obras diversas (OLIVERO, 1999, p. 72). As *bibliothèques de gare* criadas por Louis Hachette foram o primeiro lugar exclusivo de livros de tamanho reduzido na França. Em 1853, existiam, ao todo, quarenta e três bibliotecas de estação no país; em 1854, sessenta; em 1874, quatrocentos e quarenta e dois; alcançando mil cento e setenta e nove em 1896 (JOHANNOT, 1978, p. 73).

De acordo com Olivero (1999), as primeiras tentativas de formação de coleções (*bibliothèques*) em tamanho reduzido e menor preço ocorreram na Itália e na França no início do século XIX. O primeiro editor a usar a expressão *bibliothèque/ biblioteca* foi o milanês Silvestri, que em 1817 criou a *Biblioteca Scelta*, com livros no formato in-16 e vendidos a uma lira. Em 1821, outro italiano, Nicolo Bettoni, lança a *Biblioteca Portabile, Latine, Italiana e Francese* e assim por diante até a iniciativa de maior sucesso e consolidação do modelo que surgiu na França em 1838, a *Bibliothèque Charpentier*. Incluindo a Inglaterra, com as livrarias ferroviárias em 1848 e a Alemanha, em 1841, com as coleções Tauchnitz, o início e desenvolvimento das coleções de bolso se concentraram nesses quatro países (Itália, França, Inglaterra e Alemanha).

Na Alemanha, a primeira coleção de livros populares foi lançada pelo Barão Christian Bernhard Tauchnitz pela editora que carregava o seu sobrenome: a *Collection of British Authors*, em inglês e no formato 11,8 x 16,5 cm. Apesar de a empresa ter sido fundada em 1837, as publicações começaram somente em 1841, existindo por mais de cem anos, quando, em 1934, foi incorporada a Albatross, outra editora alemã, que continuou a editá-la até 1955. Ao longo desse período, ela publicou mais de cinco mil volumes e colocou em circulação algo em torno de cinquenta a sessenta milhões de exemplares (OLIVEIRA, 2005, p. 5; MANGUEL, 2002, p. 168).

Em 1867, ano em que muitas obras de autores alemães mortos antes de 1837 caíram em domínio público, mais uma coleção de livros econômicos foi lançada no país, a Reclam's

Universal-Bibliothek, pela editora Reclam, existente desde 1828. Ao contrário da Tauchnitz e da Albatross, os seus livros eram em alemão e os seus primeiros títulos acessíveis foram obras de Shakespeare, editados em doze volumes no tamanho 9,5 x 14,7 cm, dimensão que se mantém até os dias atuais. Os seus preços também eram considerados extremamente baixos. (OLIVEIRA, 2005, p. 6-7; MANGUEL, 2002, p. 168).

Além das bibliotecas de literatura e conhecimentos gerais publicadas por diferentes editores, o século XIX também presenciou o florescimento de coleções enciclopédicas destinadas ao grande público. Na França, a primeira, *L'Encyclopédie Portative ou Résumé Universal des Sciences, des Lettres et des Arts*, foi criada em 1825, no formato in-32, por uma sociedade de intelectuais e homens de letras. Ao longo do século, várias outras surgiram com propostas editoriais semelhantes. Segundo Olivero (1999, p. 172), duas tradições estão na origem dessas enciclopédias populares: difundir o conhecimento ao maior número de pessoas a partir de um ideal iluminista e educar e moralizar a população para bem exercer suas profissões e, de modo mais amplo, sua cidadania. O nível de vulgarização das coleções não era homogêneo, mas podemos identificar como um ponto ordenador o interesse em divulgar os saberes científicos a partir de uma perspectiva universal. Além das enciclopédias, outro tipo de coleção de sucesso do período foi a de propaganda política, que surgiu com maior frequência nos períodos eleitorais e privilegiavam o formato in-32.

Desse modo, mesmo que muitas casas editoriais tenham passado por dificuldades e diminuído os seus investimentos em coleções econômicas a partir de 1890 devido a uma superprodução de impressos na França (MOLLIER, 2010), a variedade de editoras, a consolidação e organização da classe trabalhadora em diversos países, como na Inglaterra, os avanços tecnológicos e o sucesso de várias “bibliotecas” populares no século XIX garantiriam uma conquista inevitável: o acesso e apropriação do livro pelas massas.

3 Considerações finais

Observamos, portanto, que apesar do livro de bolso ser uma realidade somente a partir do século XIX, quando o livro passou a ser produzido em escala industrial e consumido por uma sociedade inserida em um sistema educacional universal e gratuito, algumas das suas características materiais já estavam presentes em propostas editoriais desde o surgimento da imprensa. A iniciativa de Aldo Manuzio no século XVI, por exemplo, nos oferece uma oportunidade para essa correlação. Assim como Charpentier produziu uma “revolução” ao privilegiar o in-18 em detrimento do in-8, Manuzio substituiu o in-4 pelo in-8

com intuítos similares aos do editor francês: atingir um público maior e baratear o preço de sua produção. As diferenças são que o público leitor das obras de Manuzio continuava sendo as elites e seu preço de venda permanecia alto, não refletindo nenhuma grande mudança social, mas apenas permitindo um maior controle financeiro da produção por parte de um editor que vivia um momento de crise e necessitava conter gastos.

O formato do livro, indo do in-4, passando pelo in-8 e in-18 até chegar ao in-32, é um bom modelo para explicitar esse vínculo, mas também os limites, entre a edição e o público do livro. Na maioria das vezes, a diminuição do formato de uma obra visou atingir um maior número de leitores, seja pela sua portabilidade como pelo seu menor preço. Dessa maneira, a diminuição do seu tamanho fez parte de um processo que culminou em sua popularização. No entanto, essa simples transformação não resultou, automaticamente, em uma significativa acessibilidade, seja econômica ou intelectual, ao livro, porque as condições anteriores ao século XIX restringiam o seu consumo e apropriação cultural. A falta de condições tecnológicas, como aquelas trazidas pela Revolução Industrial, impedia a sua produção em grande escala, o que dificultava torná-lo um bem de consumo barato. Ainda, mesmo que fosse possível produzir uma grande quantidade de livros em um curto período de tempo e distribuí-la por toda uma região através de uma ampla e eficaz rede de transportes, o seu consumo continuaria reduzido já que a maioria da população era analfabeta e via o livro como um produto caro e distante da sua realidade. Nesse sentido, reconhecemos que a materialidade do livro aponta para determinados públicos-alvo e incentiva usos específicos, mas o alcance de sua influência depende do contexto socioeconômico no qual ele está inserido.

A materialidade faz parte de um conjunto maior de elementos, como os espaços de venda, público-alvo e preço, que afetará a maneira como uma obra será apropriada. Entendemos que as formas participam da construção do(s) sentido(s), como bem sublinhou Mckenzie (2001, p. 18), porém não concebemos o leitor como um receptor passivo, totalmente dependente dos caminhos interpretativos sugeridos pelo editor/autor. Pelo contrário, partimos do pressuposto de que a obra se constitui em uma dialética entre “a coerção do texto sobre o leitor” e “a liberdade do leitor com o texto” (DARTON, 1995, p. 128).

Infelizmente, verificamos em grande parte dos trabalhos nacionais sobre o livro, fortemente influenciados pela abordagem francesa, pouco destaque para essa interação entre características materiais e usos sociais. Pela Bibliografia ser um campo de pesquisa

primordialmente anglo-saxão, com pouca inserção na historiografia latina, os estudos sobre as práticas sociais de leitura se sobrepuseram a uma análise da materialidade do livro, mesmo com uma aproximação realizada por alguns autores franceses consagrados, como Roger Chartier e Henri-Jean Martin. Sendo assim, com este artigo, propomos a busca de um equilíbrio, um diálogo entre áreas do conhecimento que possuem enfoques complementares.

Ao discutirmos o livro de bolso enquanto um livro de tamanho reduzido voltado para um grande público, é geralmente o século XIX o nosso ponto de partida. Contudo, quando também enfatizamos as características privilegiadas em sua edição, percebemos que elas já existiam em outros séculos, só que com outras funções ou com um alcance menor que o possibilitado pela Revolução Industrial e grandes políticas educacionais europeias. O século XIX ofereceu a conjuntura socioeconômica ideal para a popularização e massificação do livro, mas as suas transformações materiais parecem pertencer mais a um processo contínuo do que a uma ruptura.

Referências

- BARBIER, Frédéric. **Histoire du livre**. 2. ed. Armand Colin : Paris, 2011.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. Testi, forme, interpretazioni. In: MCKENZIE, Donald F. **Bibliografia e sociologia dei testi**. Milano: Edizioni Sylvestre Bonnard, 2001.
- DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **L'apparition du livre**. Paris: Albin Michel, 1999.
- FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo : Editora UNESP, 2006.
- JOHANNOT, Yvonne. **Quand le livre devient poche: une sémiologie du livre au format de poche**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1978.
- LYONS, Martin; LEAHY, Cyana. **A palavra impressa: histórias da leitura no século XIX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- LYONS, Martin. **Livro: uma história viva**. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MCKENZIE, Donald F. **Bibliografia e sociologia dei testi**. Milano: Edizioni Sylvestre Bonnard, 2001.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MOLLIER, Jean-Yves. **A história do livro e da edição: um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX**. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 521-537, jul./dez. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n42/a08v25n42.pdf> >. Acesso em:

29 jan. 2012.

_____. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo:** ensaios sobre história cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. **O dinheiro e as letras:** história do capitalismo editorial. São Paulo: EDUSP, 2010.

OLIVEIRA, Lívio Lima de. A revolução da brochura: experiências de edição de livros acessíveis na Europa nos séculos XIX e XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... São Paulo: INTERCOM, 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1502-1.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection: de la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIX^e siècle.* Paris: Institut Mémoires de l'édition contemporaine ; Maison des sciences de l'Homme, 1999.

SAUTÉ, Enric. **Aldo Manuzio:** editor, tipógrafo, livreiro: o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

WATT, Ian. **A ascensão do romance:** estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

The materiality of the paperback and the expansion of readership between the XV and XIX centuries

Abstract

This paper presents, through a literature review, some of the main initiatives since the invention of the press that sought to extend the consumption of books and/or diversify its readership by using the editing, which allowed, among other things, the emergence of the paperback. As a result, it is argued that despite massification and popularization of the book have occurred only in the nineteenth century, the editorial interventions developed in this period in order to reach classes before non-readers were already applied since other centuries.

Keywords

Book history, paperback, materiality.

La materialidad del libro de bolsillo y la ampliación del público lector entre los siglos XV y XIX

Resumen

En este artículo se presentan, a través de una revisión de la literatura, algunas de las principales iniciativas, desde la invención de la prensa, que buscaron ampliar el consumo de libros y/o diversificar el público lector usando la edición, lo que permitió, entre otras cosas, la aparición del libro de bolsillo.

Como resultado, sostenemos que, aunque la popularización y la masificación del libro tengan ocurrido sólo en el siglo XIX, las intervenciones editoriales que fueran desarrolladas en ese período, con la finalidad de alcanzar grupos todavía no lectores, ya eran aplicadas hace siglos.

Palabras-clave

Historia del libro, libro de bolsillo, materialidad.

Recebido em 02/10/2012

Aceito em 06/11/2012